

EDUCAÇÃO AMBIENTAL OU SIMPLEMENTE EDUCAÇÃO?

Kenia Nogueira Diógenes¹
Cristiano Silva da Rocha²

RESUMO

A Educação ganhou a adjetivação de Ambiental devido a característica cartesiana de ensino de divisão dos saberes em contrapartida ao pensamento complexo. Assim admitido, o que vem sendo chamado de “educação ambiental” pode ser denominado e mais se aproxima de um adestramento ambiental, pensamento produzido dentro da ideologia capitalista e que muitas vezes atende aos anseios do mesmo. A responsabilidade da dita crise ambiental está espalhada, mas o adestramento ambiental está majoritariamente destinado à parcela da sociedade que causa menos danos ambientais. Isso é mais um reflexo das contradições que permeiam o movimento ambientalista e o sistema capitalista. Diante desse quadro de degradação ambiental, a educação – entendida complexamente – pode ser o caminho mais viável na busca de uma sociedade de convivência saudável com o ambiente, mais justa e com maior equidade sócio-econômica.

PALAVRAS CHAVES: Educação; Adestramento ambiental; Educação ambiental; complexidade; tendência pedagógica.

¹ Mestranda do programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

² Doutorando do programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

A Educação adquiriu essa adjetivação “ambiental” quando da observação de que alguns elementos naturais não teriam capacidade de reprodução igual a de utilização pela população e instalou-se nas universidades, jornais, televisão, etc. a discussão sobre uma “crise ambiental”. Para tentar aplacar ou reverter essa crise estudou-se meios, avaliou-se formas e implantou-se ações que acreditou-se ser possível para tal reversão. A Educação “Ambiental” é concebida, desde o início de seu conceito, como uma dessas ações.

Para a Conferência Sub-regional de Educação Ambiental para a Educação Secundária - Chosica/Peru (1976)³:

A educação ambiental é a ação educativa permanente pela qual a comunidade educativa têm a tomada de consciência de sua realidade global, do tipo de relações que os homens estabelecem entre si e com a natureza, dos problemas derivados de ditas relações e suas causas profundas. Ela desenvolve, mediante uma prática que vincula o educando com a comunidade, valores e atitudes que promovem um comportamento dirigido a transformação superadora dessa realidade, tanto em seus aspectos naturais como sociais, desenvolvendo no educando as habilidades e atitudes necessárias para dita transformação. (MMA 2007).

Se observarmos o conceito definido nessa conferência, poderemos ver que há um estreito caminho entre o que seria “Educação Ambiental” e o que deveria ser a Educação no seu contexto amplo. A ação educativa, dentro da Tendência Progressista Libertadora, inspirada em Paulo Freire, tem como pressuposto uma educação problematizadora, que se dá a partir da codificação da situação problema, do conhecimento da realidade e tem um processo de reflexão e crítica⁴.

Dentre os problemas da sociedade estão os referentes à degradação do ambiente, e na tentativa de redimir esses problemas a Educação ganhou uma ramificação que espera-se estar a contento dessas perspectivas. Essa ramificação é uma das características do ensino cartesiano/tradicional tecnicista de fragmentação dos saberes.

Por outro lado, a complexidade de Morin propõe, entre outras discussões, a religação dos saberes que vai de encontro ao parcelamento proposto pelo ensino tecnicista, entendendo assim, que a Educação deve ser vista como um todo complexo atendendo a objetivos comuns à sociedade. Então, cabe agora tentar entender um pouco sobre o que quer a educação.

O QUE QUER A EDUCAÇÃO?

3 Ver: <http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=20&idMenu=464>. Último acesso em: 20.08.2007.

4 Ver em: <http://members.tripod.com/pedagogia/democratizacao.htm>. Último acesso em: 30.08.2007.

O ensino no Brasil tem adotado tendências educacionais que seguem padrões e interesses relativos à política e a economia de seu tempo, os interesses da burguesia. A partir da década de 1960, com a implantação do Regime Militar, os interesses estavam voltados para uma educação centrada nas massas, visando um ensino tecnicista pautado na eficiência, na produtividade e na neutralidade científica, que fosse capaz de suprir as ofertas no trabalho industrial e técnico e que ficasse clara a posição de dominação dos capitalistas. Essa tendência pedagógica denominada de Tendência Liberal Tecnicista foi responsável também pela fragmentação dos saberes e pelo sistema de “ensino bancário” de depósito de informação: a educação tradicional/cartesiana⁵.

A relação conhecimento x poder, visão tecnocrática onde é o poder quem detêm o conhecimento, consolidou mais ainda a fragmentação do saber, incentivando a especialização dos saberes, entendendo que cada vez mais especializado, maior dominação do conhecimento e maior as chances de sucesso profissional (que na verdade é o sucesso econômico) em prol da manutenção das condições favoráveis aos interesses das classes dominantes. Essa ainda é uma visão difundida na organização educacional vigente, embora “com outra roupagem” e principalmente pelas organizações particulares de ensino que continuam difundindo e defendendo, como padrão de eficiência, a tomada do setor educacional pela iniciativa privada. Como salienta Neto:

A estratégia do neoliberalismo é transferir a educação da esfera da política para a realidade do mercado atuante, ou seja, propõe a subordinação da produção educacional às necessidades estabelecidas pelo mercado de trabalho. Alguns sinais são emitidos para orientação e decisões do currículo escolar, objetivando o mercado de trabalho. As instituições escolares devem ser julgadas como se fossem empresas produtoras. O conhecimento adquirido pelo aluno seria o tipo de mercadoria resultante. (NETO 1999).

A importância do ensino técnico para uma sociedade que vivencia um avanço tecnológico tão evidente é inquestionável, principalmente se ele não atender as necessidades capitalistas de produção do ensino, voltadas para capacitação, especialização ou qualificação de pessoas que serão mais um quesito de qualidade na competição entre os grandes capitalistas, levando para estes a otimização na produtividade com objetivo de obter maior quantidade de lucro.

O ensino técnico deveria ser desenvolvido para a sociedade, não para os interesses dos capitalistas. Para Alves (1999, não paginado), numa nova visão de ensino técnico, “a cidadania e o conhecimento são elaborados pela metodologia educacional, tendo como objetivo a humanização do educando, que deve praticar na escola o exercício da cidadania, como um ser participativo e não apenas como um mero observador do contexto em que vive”.

⁵ Ver melhor em ALVES

Diz-se então de inserir o ensino técnico/tecnológico num contexto social e não industrial. Por exemplo, o uso dos computadores, que é cada vez mais essencial nas nossas atividades, deve-se tentar entendê-lo como ferramenta para benefício da sociedade, usando-o nas mais diversas atividades para esse fim. Ou também a utilização do mesmo para identificar eventos naturais como terremoto ou furacões, na intenção de salvar as vidas que podem ser vítimas, como acontece em alguns países, como Cuba.

Mas o que ocorre é uma especialização em tecnologia, no intuito de desenvolver produtos que, cada vez mais, satisfaçam as “necessidades” matérias das pessoas. Ou ainda o ensino privado se apropria dessa tendência e oferece, junto aos grandes centros industriais do país, um número cada vez mais crescente de cursos técnicos, entre eles o Técnico em Meio Ambiente, que formam em sua maioria funcionários treinados para atender as necessidades dessas indústrias, para que estas fiquem de acordo com os novos padrões de exigência dos órgãos fiscalizadores ambientais, não se discute os interesses da coletividade, muitas vezes esses novos técnicos não desenvolvem o teor crítico e/ou vão para o mercado de trabalho equivocados quanto a problemática ambiental no seu sentido mais amplo.

Projetos do governo federal mostram que a Tendência Pedagógica Liberal Tecnicista ainda é bastante presente nas ações educacionais, como o que visa o aumento de escolas técnicas federais de 140 unidades para 354, como saída para melhorar a qualidade do ensino médio no Brasil⁶.

As escolas públicas, no entanto, vêm tentando adotar outras tendências pedagógicas, consideradas a maioria das vezes utópica, mas se inserindo gradativa e vagarosamente no contexto educacional brasileiro. São as Tendências Progressistas, que têm em Paulo Freire um de seus maiores idealizadores.

Estas tendências têm como principal objetivo fazer uma análise crítica das realidades sociais, sustentando os fins sócio-políticos da educação, negando também “toda forma de autoritarismo e dominação, defendendo a conscientização como processo a ser conquistado pelo homem, através da problematização de sua própria realidade” (Alves 1999, não paginado). Muita coisa dessa nova forma de ver a educação foi inserida na escola pública, mas as raízes tradicionais, cartesianas de ensino “bancário” continua a ser metodologia adotada.

A Educação “Ambiental” segue os parâmetros da educação cartesiana, mais parecendo um adestramento para conservação e preservação da natureza e tendo como principais lemas nos seus cursos de especialização ou de qualquer modalidade de ensino, ações como gestão, manejo, etc. Faltando o teor crítico, a problematização da realidade sócioambiental.

Nesses atribulados tempos de crise de vários adjetivos, crise ambiental, crise da saúde, da segurança, entre outros, a educação tem um papel

⁶ Ver em : Folha online - <http://www.folha.uol.com.br/> - 18/09/2007. Último acesso em 23.09.2007.

fundamental como início da caminhada para a mudança, mas somente quando ela conseguir religar os saberes fragmentados na visão capitalista da educação. Quando ela for entendida de forma complexa, e quando atender todos os seus objetivos. Listados por Neto 1999:

A educação tem como objetivo transformar o homem e o mundo e, para tanto, ela não pode se esquecer de humanizar a tecnologia. É preciso entender a educação como um dos fatores de crescimento econômico, rumo à melhoria da qualidade de vida que o conhecimento irá propiciar tornando o ser humano capaz de desenvolver habilidades cognitivas e sociais. A compreensão desta dimensão pedagógica constitui um dos fatores fundamentais do processo e do pensamento analítico, posto a serviço da solução de novos problemas. O objetivo é formar o agente histórico em um ser humanizado, dotando-o de meios que o capacitem a construir o seu próprio destino. Isto requer sua vinculação com a atividade social, moldada por uma consciência crítica e transformadora. (NETO 1999, NÃO PAGINADO).

À educação “ambiental” cabe ser compreendida como sendo inerente à própria educação, sem separação, como intento da religação dos saberes, como explica Morin 2001:

A inteligência parcelada, compartimentada, mecanicista, disjuntiva e reducionista rompe o complexo do mundo em fragmentos disjuntos, fraciona os problemas, separa o que está unido, torna unidimensional o multidimensional. (MORIN, 2001. p. 43).

Até que a Educação “Ambiental” seja entendida como parte da educação, esta última, no âmbito nacional, tem um longo caminho a percorrer. É necessário que os responsáveis por promovê-las, tanto a E.A. como a Educação, as entenda como inseparáveis. Para isso é preciso saber de quem é e de quem deveria ser a responsabilidade por elas pelo menos no Brasil.

EDUCAÇÃO (AMBIENTAL OU NÃO): RESPONSABILIDADE DE QUEM?

A responsabilidade do adestramento ambiental, diferente da responsabilidade pelos grandes danos ambientais, está espraiada. Para o ProNEA “a *população em geral*” é responsável pela preservação do planeta e pela divulgação de meios para essa preservação ou pela “Educação Ambiental”.

As campanhas que de alguma forma contemplam os temas ambientais, como separação de lixo ou economia de energia, geralmente vêm acompanhadas de frases que convidam a população a colaborar, como por exemplo: - Responsabilidade ambiental: Passe adiante. Usa-se como estratégia essa divulgação do adestramento por intermédio dos próprios adestrados, que são treinados por instituições educacionais ou não para preservação dos elementos naturais. São indicações cabais de intimação da sociedade para “fazer a sua parte” fazendo-a entender que é ela (toda ela) a responsável pelos danos ambientais.

Os principais exemplos dessa forma de fazer as pessoas entenderem que todos são responsáveis pelos problemas ambientais são aquelas divulgadas nos principais meios de comunicação em massa, que dizem que se alguém joga lixo na rua, a água da chuva pode invadir sua moradia. Não se escuta, na mesma proporção, nas propagandas, apelos para não se consumir produtos de grandes corporações, por exemplo, pois isso pode aumentar a desigualdade social e todos os problemas ambientais inerentes a eles.

É dessa forma que pode ser afirmado que em vez de uma Educação o que ocorre é um adestramento, visto que os problemas a serem resolvidos não são todos contemplados nas ações educativas. Como melhor explica Brügger:

O adestramento toma o lugar da educação começando pela compartimentalização do que não deveria ser compartimentalizado. (BRÜGGER, 1994. p. 37).

A educação se distingue do adestramento por ser esse último um processo que conduz à reprodução de conceitos ou habilidades técnicas, permanecendo ausente o aspecto de integração do conhecimento, condição *sine qua non* para a formação de uma visão crítica e criativa da realidade. (BRÜGGER, 1994. p. 40).

A educação [...] pressupõe uma visão de mundo de base dialética, onde o conflito não é encarado como algo ruim, mas como força propulsora, como essência das mutações por que passam diferentes sociedades. (BRÜGGER, 1994. p. 94-95).

A *população em geral* deveria agir para a resolução dos problemas ambientais, tendo como força propulsora a visão de mundo dialética do qual estamos inseridos, se valendo da complexidade em contraposição ao cartesianismo. É urgente a necessidade do pensar global e agir local, lema da Educação Ambiental, mas da forma que Brügger defende, onde:

Pensar globalmente não deveria ser, pois, pensar cartesianamente no mundo inteiro. Por outro lado, agir localmente tampouco deveria significar apenas resolver problemas locais de poluição, como se eles fossem “os” problemas ambientais. (BRÜGGER 1999)

Pensar assim é pensar complexamente. Mas vale questionar a responsabilidade. Quem deve pensar global e agir local é somente a dona de casa que recolhe óleo para reciclagem? Ou os donos de grandes empresas que poluem as águas e os solos prejudicando uma quantidade muito grande de pessoas da qual eles (empresários) não estão inclusos?

Se entendemos até aqui que a convivência saudável com o planeta, ou a conservação/preservação ambiental, é também objetivo da educação, vamos tentar entender a partir de agora, quem é responsável por ela.

Para a LEI Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996⁷, todos têm direito à educação, e é dever do Poder Público assegurar esse direito. Como já vimos, a educação no Brasil segue padrões neoliberais de ensino, de saberes

⁷ Ver no site: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=content&task=view&id=78&Itemid=221>

fragmentados e com ideais tradicionais que atendem os anseios do modo de produção capitalista.

A contradição está em empresas como a Souza Cruz⁸, por exemplo, que é por natureza degradadora da saúde humana e tem em um de seus programas de “defesa da natureza” o de “*Educação ambiental*”, que funciona desde 1982. A empresa assegura que mais de 1000 escolas da Região Sul estão recebendo, através de ações, promoções e materiais didáticos do Clube da árvore, lições para proteger a água em nosso planeta (ALEXANDRE 2003). No entanto, a empresa em questão leva danos, conseqüências drásticas para muitas famílias e não divulga nas suas campanhas de “Educação Ambiental” esse tipo de assunto.

Com isso pudemos ver que as empresas contribuem com o adestramento ambiental como tentativa de compensar a imagem degradante que está associada ao tipo de produto fabricado por ela, inclusive bem divulgado pela mídia. Mas é através dela também, da mídia, que as empresas mostram a sua preocupação com o ambiente, divulgando seus programas e se inserindo na imagem que o consumidor busca ter delas agora.

Então, se há interesses mercadológicos, a responsabilidade social está pendente a eles. Além de que, historicamente vêm demonstrando que esses interesses se negam mutuamente. Logo a educação não pode estar subordinada ao mercado, pelo menos não como é entendida pelo MEC.

A sociedade, como alvo, é responsável pela sua educação. Não para viabilizá-la, mas para cobrar e exigí-la como direito garantido. Não somente a educação, mas um ambiente saudável, justo e igualitário. Conquistas que têm na educação seu caminho, por hora, mais viável.

Os profissionais e estudantes da área educacional e afins têm obrigação, tanto pela responsabilidade social que todos devemos ter, como pela oportunidade e privilégio (pelo menos no Brasil hoje, ter instrução é um privilégio) de ser considerados esclarecidos, de exigir de forma mais qualificada uma educação voltada para o benefício da maioria, que vá de encontro ao que ela vem se mostrando.

Os estudiosos das áreas da educação e das questões ambientais, vêm em grande maioria, juntamente com o sistema econômico, desenvolvendo atividades que se justificam pela finalidade, mas que mais reproduzem o sistema do que o repelem, sistema que, como já visto, não busca qualidade de vida para a maioria ou uma igualdade social.

São educadores, em todo o país, que estão comprometidos com a causa ambiental, mas que seguem pedagogicamente uma forma cartesiana de repassar as informações, a tradicional relação professor dono do conhecimento e aluno receptáculo dele, sem incentivar a criticidade e sem aproximar os

⁸ Empresa que fabrica e vende cigarros no Brasil.

temas levantados à vida dos educandos. Tornando mais difícil obter resultados esperados através da educação.

De qualquer forma ela é um direito adquirido da sociedade e o poder público tem inquestionável responsabilidade, visto que é apontado na constituição federal como tal.

As ações governamentais vêm ao longo do tempo desenvolvendo leis e/ou planos como a CNE (Conselho Nacional de Educação), LDB (Lei de Diretrizes e Bases) e PNE (Plano Nacional de Educação) na tentativa de aproximar a educação brasileira à pedagogia progressista freireana.

Mas com a separação (inclusive institucional) entre educação e educação ambiental, essas ações e planos estão sendo tratados cada um na sua esfera, com sua secretaria, conselhos, e salvo em diretrizes da educação ambiental⁹ ou até mesmo da educação, estão sendo abordadas, desenvolvidas e implantadas separadamente.

Mas as ações nacionais, além de ações locais para cada realidade, seguem roteiros que são elaborados mundialmente. Na *Conferência da Biosfera*¹⁰ em 1968 em Paris, conferência promovida por vários organismos da ONU e outros, foi criado um comitê que agiria nos países membros. Entre outros objetivos do comitê, estava incluso promover a educação ambiental. Essa foi uma das primeiras vezes que a E.A. entrou nos planos de metas dos governos (RIBEIRO 2001, p.64), entendendo desde o início que ela deve estar entre as ações de principal responsabilidade das políticas públicas.

Várias ONG's também trouxeram para si a responsabilidade da Educação Ambiental. Elas são reconhecidas pelo governo como importantes colaboradores para esse fim. O que acontece é que elas, pedagogicamente falando e na maioria das vezes, também se perdem quanto à abordagem crítica da problemática ambiental, se limitando muitas vezes, como nos outros grupos de E.A. e na própria ação nacional de E.A., em elaborar cartilhas, distribuir panfletos, encomendar palestrantes e outras ações de conservação/preservação dos elementos da natureza.

Mas, cada vez mais divulgada, esta Educação "Ambiental" vêm adquirindo status de linha de pesquisa em mestrado, documentos, fóruns, congressos sobre o tema. Assim, ao passo que ela vem "tomando corpo", ela vem também desenvolvendo ações dentro dessa temática. Vejamos agora um pouco dessas ações e principalmente as conseqüências que elas estão trazendo para a sociedade.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUAS AÇÕES.

9 Diretrizes do PRONEA (Programa Nacional de Educação).

10 Ou Conferência Intergovernamental de Especialistas sobre as Bases Científicas para Uso e Conservação Racionais dos Recursos da Biosfera.

O adestramento ambiental, mesmo vindo nesse trabalho quão pode ser incompleto, vem cada vez mais ganhando forças e sendo entendido e aceito como meio para reverter a crise “ambiental”. Em consequência disso, acontecimentos com essa roupagem ganham lugar de destaque em campanhas cada vez mais divulgadas para a sociedade.

A divulgação cada vez mais presente dos ditos problemas ambientais desperta em parte da sociedade o interesse crescente em saber o que anda sendo feito para evitar agravamentos. Essa pequena quantidade de pessoas quer ver as ações de cunho ambiental e se elas estão ajudando a reverter o quadro de “crise ambiental”. Além disso, os órgãos nacionais e internacionais vêm há muitos anos discutindo o assunto.

Vários foram os eventos que definiram estratégias e/ou diretrizes a fim de combater o temeroso “caos ambiental”. A Educação Ambiental foi uma delas. Desde o reconhecimento da E.A. como estratégia, vários outros eventos aconteceram para definir agora as ações da própria E.A.

No âmbito internacional o marco inicial é de 1973 com o Registro Mundial de Programas em Educação Ambiental¹¹, seguido de alguns eventos como o Congresso de Belgrado em 1975, onde a Carta de Belgrado estabelece as metas e princípios da Educação Ambiental. O Programa Internacional de Educação Ambiental – PIEA em 1975, e um dos mais conhecidos, a Conferência de Tbilisi - Geórgia, estabelece os princípios orientadores da EA e remarca seu caráter interdisciplinar, crítico, ético e transformador.

O Brasil esteve presente em vários desses eventos internacionais que tiveram como pauta a E.A., mas em relações a ações, as consideradas aqui mais relevantes em esfera local datam de 1977 com a Implantação do Projeto de Educação Ambiental em Ceilândia. (1977 - 81). E em âmbito nacional data de 1990 com a criação dos Núcleos Estaduais de Educação Ambiental do IBAMA, NEA's e em 1994 com a Aprovação do Programa Nacional de Educação Ambiental, PRONEA, com a participação do MMA/IBAMA/MEC/MCT/MINC (Ministério do Meio Ambiente/ Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis/ Ministério da Educação/ Ministério da Ciência e Tecnologia/Ministério da Cultura)¹².

Alguns desses congressos internacionais entenderam como problemas ambientais atributos como a fome. Em 1976, por exemplo, o Congresso de Educação Ambiental Brazzarville, África, reconhece que a pobreza é o maior problema ambiental. Mas o foco do que é identificado como problemas ambientais na maioria dos eventos, são problemas ligados ao clima (aquecimento global), ao lixo (armazenamento, etc.) e à quantidade disponível

11 Ver em:

http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./educacao/index.php3&conteudo=./educacao/hist_int.html.

Último acesso em: 01.10.2007.

12 Ver em:

http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./educacao/index.php3&conteudo=./educacao/hist_br.html.

Último acesso em 02.10.2007.

para uso dos elementos da natureza (água, solo, florestas), evidenciando a visão de natureza separada do homem, se opondo a da complexidade proposta por Morin. Entendidas dessa forma, as ações estão na maioria das vezes voltadas para evitar ou minimizar esse tipo de problema.

Ao longo dos anos, foram criadas no Brasil várias instituições que são responsáveis pelas ações do adestramento ambiental. Os mais significativos são o DEA – Departamento de Educação Ambiental do MMA – Ministério do Meio Ambiente, a Lei nº 9.795, de 27 de ABRIL de 1999, que institucionalizou a PNEA – Política Nacional de Educação Ambiental que por sua vez criou o ProNEA – Programa Nacional do meio ambiente.

Por meio de uma rede que liga todas as instituições descritas acima e outras em todo o país e ainda as ONG's, é implantada uma série de atividades em todos os níveis de ensino, nos ambientes formais, informais e não-formais¹³.

Nos ambientes formais de ensino, as escolas de ensino fundamental e médio incluíram temas ambientais nas disciplinas já existentes e geralmente é dedicado um ou dois dias do ano (normalmente no Dia Mundial do Meio Ambiente – 05 de junho e no Dia da Árvore – 21 de setembro) no calendário escolar para que os estudantes façam atividades ambientais como gincanas, peças, participar de palestras e coisas do gênero.

Essas atividades podem representar o início de um movimento que o Ministério da Educação e Desporto – MEC vem promovendo no sistema educacional nacional, a discussão sobre a inserção de 'Temas transversais'¹⁴, principal abordagem dos PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais). A transversalidade permite uma visão complexa dos temas, e a questão ambiental, pelo seu contexto social, se encaixa dentro dessa proposta. Mas é um movimento ainda incipiente com pouca representatividade.

No ensino superior os temas ambientais vêm ganhando espaço. A Faculdade de Educação Ambiental do SENAC, os inúmeros cursos de especialização e mesmo o Mestrado de Educação Ambiental na Universidade de Rio Grande – RS, mostram como o tema está sendo discutido e da sua importância no campo político e educacional.

O que vale questionar é se existe nesses espaços uma Educação ou um Adestramento Ambiental. Pode ser usado como exemplo o caso apresentado no Jornal Nacional¹⁵ no dia 02.10.2007. Na reportagem televisionada mostra as cidades do Mato Grosso com os índices de poluição do ar extremamente elevados, causando problemas até na visibilidade do trânsito, provocado por queimadas dos grandes fazendeiros da região. Os estudantes da cidade de Sinop no norte do Estado, tanto dos níveis fundamental e médio como no nível

13 Para saber mais sobre educação formal, não-formal e informal veja em GOHN.

14 Sobre Temas transversais ver: BOVO 2007.

15 Jornal apresentado na Rede Globo de Televisão. A reportagem pode ser vista em <http://jornalnacional.globo.com/> no dia 02.10.2007.

superior, saíram em passeata para protestar contra a nuvem de fumaça que envolvia a cidade no momento, exigindo atitudes para o benefício da saúde pública.

O caso demonstra como o adestramento ambiental age no Brasil, leva os estudantes à rua em protesto pela qualidade ambiental, mas em nenhum momento a reportagem mostrou que os alunos queriam protestar contra os fazendeiros (causadores do problema), ou exigindo a punição dos responsáveis por elas. Em relação a isso Brügger sabiamente observa:

[...] grande parte dos cursos de especialização, formação ou capacitação ambiental têm como base filosófica uma visão instrumental de mundo. Prova disso é a presença, junto aos temas ecológico-naturais, de verbos ou substantivos do tipo “gestão, manejo, administração” etc., todos altamente utilitaristas. (BRÜGGER, 1994. p. 44).

Em todo caso, além de cursos de E.A., os órgãos ambientais têm em suas ações fabricação de cartilhas para as comunidades, incentivo para introdução do assunto nas associações de bairros com palestras, de formas menos arcaicas de plantação para os pequenos produtores rurais, entre outras com o mesmo teor tecnicista e de treinamento da população.

As conseqüências mais evidentes desse tipo de ação são os dados que mostram que quanto mais lixo é reciclado, maior é o aumento da produção do lixo e maior é o número de pessoas que vive de forma subumana dependendo dos lixões. O adestramento ambiental fala de reciclagem, de separação de lixo, de uso sustentável e não discute Direitos Humanos, igualdade social ou problemas ambientais mais relevantes.

Assim, fica cada vez mais relevante a afirmação que a Educação Ambiental, não o adestramento ambiental, é condição da própria Educação se ela for entendida de forma complexa.

À geografia, assim como à todas as outras disciplinas, cabe inserir a problemática ambiental num contexto complexo e interligado, além de inserir questionamentos que não atendam aos interesses de uma minoria e sim da maioria da população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRE, Agripa Faria. A perda da radicalidade do movimento ambientalista brasileiro: uma contribuição à crítica do movimento. REVISTA ELETRÔNICA DO MESTRADO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, FURG, Rio Grande, Rio Grande do Sul, v.10, p. 1-18, jan./jun. 2003.

ALVES, Vera Regina Oliveira. Tendências educacionais: concepção histórico-cultural e teoria histórico-crítica. Não paginado. Disponível em: <http://www.unir.br/html/pesquisa/Pibic_XIV/pibic2006/arquivos/Artigos/Vera%20Regina%20Oliveira%20Alves.doc>. Acesso em: 10 setembro 2007.

BOVO, Marcos Clair. Interdisciplinaridade e transversalidade como Dimensões da Ação Pedagógica. REVISTA URUTÁGUA – Revista Acadêmica Multidisciplinar, Maringá, Paraná, n.07, ago./nov., 2007. Não paginado. Disponível em: <<http://www.urutagua.uem.br/007/07bovo.pdf>>. Acesso em: 21 outubro 2007.

BRASIL – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/>>. Acesso em: 20 outubro 2007.

BRASIL – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO – MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>. Último Acesso em: 15 de janeiro de 2009.

BRÜGER, Paula. Educação ou adestramento Ambiental?. Florianópolis: Letras contemporâneas, 1999.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n50/30405.pdf>. Acesso em 10 setembro 2007.

MORIN, Edgar. Os sete Saberes Necessários à Educação do Futuro. 3a. ed. - São Paulo - Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001.

_____. A religação dos saberes – o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002a.

_____. O método 1: a natureza da natureza. Porto Alegre: Sulina, 2002b.

NETO, José Antonio Alves. Ensino de eletricidade: atendendo aos desafios pedagógicos na "virada do século". 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Bandeirante de São Paulo. São Paulo, 1999.

Programa nacional de Educação Ambiental – ProNEA / Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação. Coordenação Geral da Educação Ambiental. – 3. ed – Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005. 102p.

RIBEIRO, Wagner Costa. A Ordem Ambiental Internacional. São Paulo: Contexto, 2001.